



INDICATIVO DE LEI Nº01/2026

AUTOR / SIGNATÁRIO

Vereadora **TERESINHA MEDEIROS**

EMENTA:

"Institui a Política Municipal de Educação Ambiental no Município de Teresina, dispõe sobre a educação ambiental de forma transversal e estabelece a obrigatoriedade de sua inclusão no currículo da educação básica do sistema municipal de ensino e dá outras providências. e dá outras providências."

Senhor Presidente,

ENCAMINHO ao Exmo. Sr. **PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA**, Estado do Piauí,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono o seguinte **INDICATIVO DE LEI**:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Teresina, a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), e estabelecida a obrigatoriedade da inclusão da educação ambiental no currículo da educação básica das instituições de ensino que compõem o sistema municipal de ensino.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- I – Educação Ambiental: os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade;
- II – Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA): o conjunto de diretrizes, princípios, objetivos e instrumentos para a promoção da Educação Ambiental no Município de Teresina, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º A Política Municipal de Educação Ambiental de Teresina pautar-se-á pelos seguintes princípios:

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III – o pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – a vinculação entre a ética, a cidadania, a saúde, o trabalho e o consumo sustentável;





VIII – o desenvolvimento de uma compreensão crítica e inovadora das questões ambientais.

VI – estimular a pesquisa, a experimentação e a difusão de metodologias e práticas pedagógicas inovadoras em educação ambiental.

§ 2º As instituições de ensino deverão elaborar ou adaptar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) para incorporar as diretrizes e objetivos da Educação Ambiental, em consonância com a realidade socioambiental do Município.

V – a produção e utilização de materiais didáticos que contemplem a diversidade ambiental e cultural de Teresina.

Art. 5º - Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) – desenvolver e implementar programas de capacitação e formação continuada dos educadores da rede municipal de ensino em Educação Ambiental;

1 – desenvolver e implementar o programa de educação ambiental, conforme o Plano de Trabalho, para os educadores da rede municipal de ensino em Educação Ambiental;



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
Gabinete Vereadora Teresinha Medeiros (MDB)

- II – coordenar a elaboração de diretrizes curriculares e materiais didáticos para a inclusão da Educação Ambiental, em articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAM);
- III – acompanhar e avaliar a implementação da Educação Ambiental nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais;
- IV – promover a integração da educação ambiental com os demais temas transversais presentes no currículo.

Art. 8º A Política Municipal de Educação Ambiental de Teresina será desenvolvida também por meio da educação não-formal, visando à sensibilização e conscientização da população em geral, por meio de:

- I – campanhas educativas e informativas;
- II – programas e projetos desenvolvidos em espaços públicos como parques, praças e centros comunitários;
- III – atividades de extensão e divulgação realizadas em parceria com outras entidades governamentais, não-governamentais e empresas;
- IV – estímulo à mídia local para a divulgação de informações e boas práticas ambientais;
- V – criação e manutenção de espaços de educação ambiental, como centros de visitantes e trilhas interpretativas.

Art. 9º As Secretarias e órgãos da Administração Municipal, em suas respectivas áreas de atuação, deverão:

- I – incorporar a dimensão ambiental em seus programas e projetos;
- II – cooperar com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos na implementação da PMEA;
- III – promover a capacitação de seus servidores em temas de Educação Ambiental.

Art. 10º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, estabelecendo os detalhes operacionais e as responsabilidades específicas de cada órgão ou entidade envolvida.

Art. 11º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICATIVA

A presente proposição legislativa tem como objetivo instituir a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e estabelecer a obrigatoriedade da inclusão da educação ambiental no currículo da educação básica das escolas do sistema municipal de ensino de Teresina.

Esta iniciativa surge da premente necessidade de formar cidadãos conscientes e engajados com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, desde as primeiras etapas de sua formação.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, caput e § 1º, inciso VI, estabelece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, incumbindo ao Poder Público "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Tal dispositivo constitucional alicerça a relevância e a constitucionalidade da matéria.

Em âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), define a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, a ser desenvolvida em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. A referida lei orienta a criação de políticas estaduais e municipais que complementem e contextualizem suas diretrizes.

O Art. 2º da PNEA destaca que "a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

Adicionalmente, a Lei Federal nº 12.796, de 17 de junho de 2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), reforça a transversalidade da temática ambiental, permitindo que os currículos escolares abordem questões relevantes para a vida em sociedade e para o desenvolvimento sustentável.

Teresina, como capital piauiense, possui suas próprias especificidades ambientais, como a rica bacia dos rios Parnaíba e Poti, sua vegetação característica e os desafios urbanos relacionados ao manejo de resíduos sólidos, saneamento básico e arborização. A ausência de uma política municipal robusta de educação ambiental impede que a comunidade escolar e a população em geral desenvolvam plenamente a compreensão crítica sobre esses temas e a capacidade de intervir positivamente na realidade local.

A inclusão da educação ambiental no currículo da educação básica, de forma transversal e interdisciplinar, conforme preconizado pela legislação federal, é um passo crucial para



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310633003900360034003A003000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
Gabinete Vereadora Teresinha Medeiros (MDB)

1. Formar cidadãos conscientes: Capacitando as futuras gerações a compreenderem a complexidade das relações entre sociedade e natureza.
2. Estimular a participação social: Engajando a comunidade escolar em ações práticas de preservação e recuperação ambiental.
3. Desenvolver uma ética ambiental: Promovendo valores de responsabilidade, solidariedade e respeito ao meio ambiente.
4. Contextualizar o ensino: Permitindo que os estudantes relacionem os conhecimentos teóricos com a realidade socioambiental de Teresina.
5. Contribuir para o desenvolvimento sustentável: Através da conscientização e da mudança de hábitos e comportamentos em relação ao consumo, ao descarte de resíduos e à conservação dos recursos naturais.

Esta proposta busca, portanto, traduzir os mandamentos constitucionais e as diretrizes federais para a realidade de Teresina, oferecendo um arcabouço legal para que o Município possa promover uma educação ambiental de qualidade, formando cidadãos aptos a construir um futuro mais justo, equilibrado e sustentável. A adoção desta lei representa um compromisso com as presentes e futuras gerações de Teresinenses e com a preservação do seu patrimônio ambiental.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Edis para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões: _____ de 2026.


Vereadora Teresinha Medeiros

